

Apostila de Sociologia

2º ANO

4. Cultura, Consumo e Comunicação de massa

Prof. Renato Fialho

Aluna(o): _____

Turma: _____

“Se os robôs nas mãos das multinacionais podem substituir os soldados imperiais nas guerras de conquista, quem vai frear as multinacionais na busca de mercado para seus artefatos? Da mesma maneira que inundaram o mundo com carros que hoje concorrem com o homem pelo consumo de energia não-renovável e, inclusive, pelos alimentos transformados em combustível, também podem inundá-lo de robôs que substituam milhões de trabalhadores em seus postos de trabalho”.

(Fidel Castro. In: 'O império e os robôs' - Granma Digital, 20/08/09)

Seis questões para entender a hegemonia midiática

Por Dênis de Moraes

1. O sistema midiático contemporâneo demonstra capacidade de fixar sentidos e ideologias, selecionando o que deve ser visto, lido e ouvido pelo conjunto do público. Por mais que existam por parte de leitores, ouvintes e telespectadores expectativas e respostas diferenciadas em relação aos conteúdos recebidos, são os grupos privados de comunicação que prescrevem orientações, enfoques e ênfases nos informativos; quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados; quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas.

Os meios (de comunicação) difundem julgamentos de valor e sentenças sobre fatos e acontecimentos, como se estivessem autorizados a funcionar como uma espécie de tribunal, embora sem nenhuma legitimidade para isso. Sua intenção, assumida mas não declarada, é disseminar conteúdos, ideias e princípios que ajudem a organizar e unificar a opinião pública em torno de determinadas visões de mundo (quase sempre conservadoras e sintonizadas com o *status quo*).

Os meios elegem os atores sociais, articulistas, analistas, comentaristas e colunistas que devem ser prestigiados em seus veículos e programações. Na maior parte dos casos, como observa (o sociólogo) Pierre Bourdieu, estes porta-vozes não fazem nada mais que reforçar o trabalho dos 'think tanks' (tanques pensantes) neoliberais em favor da mercantilização geral da vida e da desregulação das economias e dos mercados. Com efeito, os 'intelectuais midiáticos' ou 'especialistas' dizem tudo aquilo que serve aos interesses de classes e instituições dominantes, combatendo e desqualificando ideias progressistas e alternativas transformadoras.

Os grupos midiáticos mantêm também acordos e relações de interdependência com poderes econômicos e políticos, em busca de publicidades pagas, patrocínios, financiamentos, isenções fiscais, participações acionárias, apoios em campanhas eleitorais, concessões de canais de radiodifusão, etc. Não são neutros e isentos, como querem fazer crer; são parciais, tomam partido, favorecem os interesses mercantis, defendem posições políticas, combatem ideologicamente os opositores.

2. Os meios se apropriam de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de seus objetivos particulares. Palavras que pertenciam tradicionalmente ao léxico da esquerda foram resignificadas durante a hegemonia do neoliberalismo nas décadas de 1980, 1990 e parte de 2000. Cito, de imediato, duas palavras: reforma e inclusão. Da noite para o dia, passaram a ser incorporadas aos discursos dominantes e midiáticos, em sintonia com o ideário privatista. Trata-se de indiscutível apropriação do repertório progressista, que sempre associou reformas ao imaginário da emancipação social. As apropriações têm o propósito de redefinir sentidos e significados, a partir de óticas interpretativas próprias.

3. Ao celebrar os valores do mercado e do consumismo, o sistema midiático subordina a existência ao mantra da rentabilidade. A glorificação do mercado consiste em apresentá-lo como o âmbito mais adequado para traduzir desejos, como se só ele pudesse se converter em instância de organização societária. Um discurso que não faz mais que realçar e aprofundar a visão, claramente autoritária, de que o mercado é a única esfera capaz de regular, por si mesma, a vida contemporânea. Os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, mas menos em um ponto: as corporações operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias instituídas.

4. Os discursos midiáticos estão comprometidos com o controle seletivo das informações, da opinião e dos julgamentos de valor que circulam socialmente. Isso se manifesta nas manipulações dos noticiários e na interdição (censura, proibição) dos pontos de vista antagônicos, afetando a compreensão das circunstâncias em que certos fatos acontecem (geralmente os que são contrários à lógica econômica ou às concepções políticas dominantes).

Os meios massivos buscam reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideias contestatórias – por mais que estas continuem manifestando-se e resistindo. A meta é neutralizar análises críticas e expressões de dissenso. Um exemplo do que acabo de dizer são os enfoques tendenciosos sobre as reivindicações de movimentos sociais e comunitários. São frequentemente

subestimadas, quando não ignoradas, nos principais periódicos e telejornais, sob o argumento falacioso de que são iniciativas 'radicais', 'populistas', etc. A vida das comunidades subalternas e pobres está diminuída ou ausente nos noticiários.

5. O sistema midiático rechaça qualquer modificação legal que ponha em risco sua autonomia e seus lucros. A qualquer movimento para a regulação da radiodifusão sob concessão pública, reage com violentos editoriais e artigos que apresentam os governantes que se solidarizam com a causa da democratização da comunicação como 'ditadores' que querem sufocar a 'liberdade de expressão'. É uma grosseira mistificação. O que há, na verdade, é o bloqueio do debate sobre a função e os limites da atuação social dos meios. As grandes empresas do setor não têm nenhuma autoridade moral e ética para falar em 'liberdade de expressão', pois negam diariamente a diversidade informativa e cultural com o controle seletivo da informação e da opinião. Se confundem interesses empresariais e políticos com o que seria, supostamente, a função de informar e entreter. Tudo isso acentua a ilegítima pretensão dos meios hegemônicos de definir regras unilateralmente, inclusive as de natureza deontológica (relativo a estudos sobre princípios morais), para se colocar acima das instituições e os poderes constituídos, exercendo não a liberdade de expressão, mas a liberdade de empresa.

6. Os conglomerados detêm a propriedade da maioria dos meios de difusão, da infraestrutura tecnológica e das bases logísticas, o que lhes confere domínio dos processos de produção material e imaterial. A digitalização favoreceu a multiplicação de bens e serviços de infoentretenimento; atraiu jogadores internacionais para negócios em todos os continentes; intensificou transmissões e fluxos em tempo real; e agravou a concentração em setores complementários (imprensa, rádio, televisão, internet, audiovisual, editorial, telecomunicações, publicidade, marketing, cinema, jogos eletrônicos, celulares, plataformas digitais, etc.).

Tudo isso faz sobressair novas formas de mais valia na economia digital: a tecnologia que possibilita sinergias e convergências; a repartição e a distribuição de conteúdos gerados nas mesmas matrizes produtivas e plataformas; a racionalidade de custos e a planificação de investimentos.

Se origina daí um sistema multimidiático com flexibilidade operacional e produtiva, que inclui ampla variedade de iniciativas e serviços digitais, fluxos velozes, espaços de visibilidade, esquemas globais de distribuição, campanhas publicitárias mundiais e técnicas sofisticadas de conhecimento dos mercados. A finalidade é garantir o maior domínio possível sobre as cadeias de fabricação, processamento, comercialização e distribuição dos produtos e serviços, incrementando a rentabilidade e os dividendos monopólicos.

30 de janeiro 2015

(Publicado originalmente em Alainet)

* Dênis de Moraes es investigador senior del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) y de la Fundación Carlos Chagas Filho de Amparo a la Investigación del Estado de Río de Janeiro (FAPERJ), de Brasil. Autor, entre otros libros, de Medios, poder y contrapoder, con Ignacio Ramonet y Pascual Serrano (Biblos, 2013), La cruzada de los medios en América Latina (Paidós, 2011) y Mutaciones de lo visible: comunicación y procesos culturales en la era digital (Paidós, 2010).

AS MODALIDADES DE DEMOCRACIA:

DEMOCRACIA GREGA – valoriza o cidadão (interesse público). É “idiota” quem coloca o interesse privado à frente do interesse público. Abrangeu ¼ da população da época.

DEMOCRACIA LIBERAL REPRESENTATIVA – ao privilegiar a lógica individual, representativa e idiota, inverte a lógica grega, ao incluir a burguesia (a nova aristocracia) no conceito de povo. É portanto uma democracia limitada e limitadora.
--

DEMOCRACIA SOCIALISTA – resgata e ultrapassa o conceito grego de democracia ao incluir todos os cidadãos na política (jovens, mulheres, estrangeiros e proletários), reprimindo ou limitando ao necessário a demanda individual idiota.
--

SOCIAL-DEMOCRACIA – sem abrir mão do capitalismo (o modo de produção cuja base é a iniciativa privada - individual), busca aumentar ao máximo possível a participação popular (dos plebeus modernos – os assalariados) para contrapor-se ao socialismo. Essa experiência democrática, contudo, restringe-se praticamente ao Primeiro Mundo capitalista (EUA, Europa e Japão).
--

Na telinha da sua casa você é cidadão? – Mídia e cultura no capitalismo globalizado

A partir da II Revolução Industrial no século XIX e da predominância das regras do mercado capitalista, as artes, a cultura e a mídia foram submetidas à ideologia da indústria cultural.

Ou seja, os produtos de criação da cultura dos homens foram submetidos à ideia de consumo, como produtos fabricados em série. As obras de arte se transformam em meras mercadorias, produtos de consumo, onde a maioria dos bens artísticos não são criados para a contemplação, para a busca do belo, e, sim, para a obtenção do lucro.

A indústria cultural massifica a cultura e as artes para o consumo rápido no mercado da moda e na mídia. Massificar é banalizar as artes e a produção das ideias e, também, vulgarizar os conhecimentos.

Marilena Chauí (1995) nos dá um exemplo disso afirmando:

"A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar. Fazê-lo ter informações novas que perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez".

Daí surgem as revistas de fofocas, o teclado, o MSN, os programas de TV sobre futilidades, os comerciais que tentam vender produtos sem qualidades, mas com ótima produção de marketing.

O poder da mídia - Expressão máxima da indústria cultural são os meios de comunicação de massa, ou mídia escrita ou eletrônica. Aqui vale destacar o poder da mídia enquanto **manipulação, formação de opinião, infantilização e condicionamento de mentes e produção cultural do grotesco visando a despolitização**. Essas características da mídia se expressam particularmente através da TV, rádio, jornais e revistas, que são de fácil acesso à grande maioria das pessoas.

Muitos estudiosos, jornalistas e políticos costumam dizer que a mídia - ou meios de comunicação de massa - representa um quarto poder (além dos poderes governamentais do judiciário, do legislativo e do executivo). Isto porque influencia comportamentos, opiniões e atitudes de forma constante e permanente.

Vejamos essa passagem do livro *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí (1995):

"Vale a pena, também, mencionar dois outros efeitos que a mídia produz em nossas mentes: a dispersão da atenção e a infantilização."

"Para atender aos interesses econômicos dos patrocinadores, a mídia divide a programação em blocos que duram de sete a dez minutos, cada bloco sendo interrompido pelos comerciais. Essa divisão do tempo nos leva a concentrar a atenção durante os sete ou dez minutos de programa e a desconcentrá-la durante as pausas para a publicidade."

"Pouco a pouco isso se torna um hábito. Artistas de teatro afirmam que, durante um espetáculo, sentem o público ficar desatento a cada sete minutos. Professores observam que seus alunos perdem a atenção a cada dez minutos e só voltam a se concentrar após uma pausa que dão a si mesmos, como se dividissem a aula em 'programa' e 'comercial'."

"Ora, um dos resultados dessa mudança mental transparece quando criança e jovem tentam ler um livro: não conseguem ler mais do que sete a dez minutos de cada vez, não conseguem suportar a ausência de imagens e ilustrações no texto, não suportam a ideia de precisar ler 'um livro inteiro'. A atenção e a concentração, a capacidade de abstração intelectual e de exercício do pensamento foram destruídas. Como esperar que possam desejar e interessar-se pelas obras de artes e de pensamento?"

"Por ser um ramo da indústria cultural e, portanto, por ser fundamentalmente uma vendedora de cultura que precisa agradar o consumidor, a mídia infantiliza. Como isso acontece? Uma pessoa (criança ou não) é infantil quando não consegue suportar a distância temporal entre seu desejo e a satisfação dele. A criança é infantil justamente porque para ela o intervalo entre o desejo e a satisfação é intolerável (por isso a criança pequena chora tanto)."

"Ora, o que faz a mídia? Promete e oferece gratificação instantânea. Como o consegue? Criando em nós os desejos e oferecendo produtos (publicidade e programação) para satisfazê-los. O ouvinte que gira o dial do aparelho de rádio continuamente e o telespectador que muda continuamente de canal o fazem porque sabem que, em algum lugar, seu desejo será imediatamente satisfeito."

Além disso, como a programação se dirige ao que já sabemos e já gostamos, e como toma a cultura sob a forma de lazer e entretenimento, a mídia satisfaz, imediatamente nossos desejos porque não exige de nós atenção, pensamento, reflexão, crítica, perturbação de nossa sensibilidade e de nossa fantasia. Em suma, não nos pede o que as obras de arte e de pensamento nos pedem: trabalho sensorial e mental para compreendê-las, amá-las, criticá-las, superá-las. A cultura nos satisfaz se tivermos paciência para compreendê-la e decifrá-la. Exige maturidade. A mídia nos satisfaz porque nada nos pede, senão que permaneçamos para sempre infantis."

(Trecho extraído do livro: "Sociologia para jovens do século XXI", de OLIVEIRA, Luiz F. de & COSTA, Ricardo Cesar R. da)

Noam Chomsky e as 10 estratégias de manipulação midiática

1. A estratégia da distração. O elemento primordial do controle social é a estratégia da distração, que consiste em desviar a atenção do público dos problemas importantes e das mudanças decididas pelas elites políticas e econômicas, mediante o uso da técnica de dilúvio, ou inundação contínua através de distrações e informações insignificantes. A estratégia da distração é igualmente indispensável para impedir que o público se interesse pelos conhecimentos essenciais, na área da ciência, da economia, da psicologia, da neurobiologia e da cibernética. “Manter a atenção do público distraída, distante dos verdadeiros problemas sociais, aprisionada por temas sem importância real. Manter o público ocupado, ocupado, ocupado, sem nenhum tempo para pensar; retornando à granja como fazem com outros animais (citado do texto 'Armas silenciosas para guerras tranquilas')”.

2. Criar problemas e depois oferecer soluções. Este método também é chamado “problema-reação-solução”. Cria-se um problema, uma “situação” prevista, para causar certa reação no público, com o objetivo de que este pareça o mandante das medidas que se deseja fazer aceitar. Por exemplo: deixar que se desenvolva ou se intensifique a violência urbana, ou organizar atentados sangrentos, a fim de que o público solicite leis de segurança e políticas austeras que acabem acarretando em perda de liberdade. Ou ainda: criar uma crise econômica para que se aceite como um mal necessário o retrocesso dos direitos sociais e o desmantelamento dos serviços públicos.

3. A estratégia do gradativo. Para fazer com que se aceite uma medida inaceitável, basta aplicá-la gradualmente, no estilo contagotas, por anos consecutivos. É dessa maneira que condições socioeconômicas radicalmente novas (neoliberalismo) foram impostas durante as décadas de 1980 e 1990: Estado mínimo, privatizações, precarização do trabalho, flexibilidade, desemprego em massa, defasagem salarial, ou seja, uma série de mudanças que teriam provocado uma revolução se tivessem sido aplicadas de uma só vez.

4. A estratégia de diferir, retardar. Outra maneira de convencer de uma decisão impopular é apresentá-la como “dolorosa e necessária”, obtendo a aceitação pública, no momento, para uma aplicação futura. É mais fácil aceitar um sacrifício futuro que um sacrifício imediato. Primeiro, porque o esforço não é realizado imediatamente. E isto porque o público, a massa, tem sempre a tendência a esperar ingenuamente que “tudo irá melhorar amanhã” e que o sacrifício exigido poderá, quem sabe, ser evitado. Isto dá mais tempo ao público para se acostumar com a ideia da mudança e assim aceitá-la com resignação quando chegar o momento.

5. Dirigir-se ao público como criaturas de pouca idade. A maioria da publicidade dirigida ao grande público utiliza discursos, argumentos, personagens e entonações particularmente infantis, muitas vezes próximos à debilidade, como se o espectador fosse uma criatura de pouca idade ou um deficiente mental. Quanto

maior a intenção de enganar o espectador, mais se tende a adotar um tom infantilizante. Por quê? “Se alguém se dirige a uma pessoa como se ela tivesse a idade de 12 anos ou menos, então, devido à sugestibilidade, ela tenderá, com certa probabilidade, a responder ou reagir também desprovida de um sentido crítico como a de uma pessoa de 12 anos ou menos de idade (ver 'Armas silenciosas para guerras tranquilas')”.

6. Utilizar o aspecto emocional muito mais que a reflexão. Fazer uso do aspecto emocional é uma técnica clássica para causar um curto-circuito na análise racional, e finalmente no sentido crítico dos indivíduos. Por outro lado, a utilização do registro emocional permite abrir a porta de acesso ao inconsciente para implantar ou injetar ideias, desejos, medos e temores, compulsões, ou induzir comportamentos...

7. Manter o público na ignorância e na mediocridade. Fazer com que o público seja incapaz de compreender as tecnologias e os métodos utilizados para seu controle e sua escravidão. “A qualidade da educação dada às classes sociais inferiores deve ser a mais pobre e medíocre possível, de forma que a distância da ignorância que reina entre as classes inferiores e as classes sociais superiores seja e permaneça impossíveis de ser alcançada pelas classes inferiores (ver 'Armas silenciosas para guerras tranquilas')”.

8. Estimular o público a ser complacente com a mediocridade. Promover no público a crença de que é moda o fato de ser estúpido, vulgar e inculto...

9. Reforçar a autoculpabilidade. Fazer com que o indivíduo acredite que é somente ele o culpado por sua própria desgraça, devida à sua insuficiência de inteligência, de capacidade ou de esforço. Assim, no lugar de revoltar-se contra o sistema econômico, o indivíduo se autodesvaloriza e se culpa, o que gera um estado depressivo, cujo efeito, para citar apenas um, é a inibição de sua ação. E, sem ação, não há revolução!

10. Conhecer os indivíduos melhor do que eles mesmos se conhecem. No transcurso dos últimos 50 anos, os avanços acelerados da ciência gerou um crescente abismo entre os conhecimentos do público e aqueles possuídos e utilizados pelas elites dominantes. Graças à biologia, à neurobiologia e a psicologia aplicada, o “sistema” tem desfrutado de um conhecimento avançado do ser humano, tanto no seu aspecto físico como em seu aspecto psicológico. O sistema tem conseguido conhecer melhor o indivíduo comum do que ele se conhece a si próprio. Isto significa que, na maioria dos casos, o sistema exerce um controle maior e um grande poder sobre os indivíduos, superior ao que os próprios indivíduos tem sobre si mesmos.

(Publicado por Omar Montilla, no [Blog Gramscimania](#))

15/9/2010

O Panóptico ou a casa de inspeção

Jeremy Bentham

Carta I

A idéia do princípio da inspeção

Crecheff, Rússia Branca, 1787

Caro ***, vi, outro dia, em um de seus jornais ingleses, que se falava, em um anúncio, de uma Casa de Correção, planejada para ****. Ocorreu-me que o plano de um edifício concebido por meu irmão que, sob o nome de Casa de inspeção ou Elaboratório, ele está para construir aqui, para propósitos, sob alguns aspectos, similares aos daquela casa, pode proporcionar algumas sugestões para o estabelecimento acima mencionado. Em consequência, obtive alguns desenhos relativos a esse plano, os quais anexo a esta carta. Com efeito, por razões que você logo perceberá, eu o vejo como capaz de aplicações da mais ampla natureza.

Para dizer tudo em uma palavra, ver-se-á que ele é aplicável, penso eu, sem exceção, a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas. Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas.

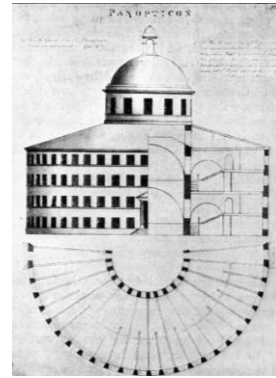
É óbvio que, em todos esses casos, quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a ser desejada é que, em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição. Esse aspecto, como você pode imediatamente ver, é completamente assegurado pelo plano de meu irmão; e, penso eu, parecerá igualmente evidente que não pode ser abrangido por nenhum outro ou, para falar mais apropriadamente, que se for abrangido por

algum outro, ele o será apenas na medida em que esse outro possa dele se aproximar.

Para abreviar o assunto tanto quanto possível, considerarei, imediatamente, suas aplicações para aqueles propósitos que, por serem os mais complexos, servirão para exemplificar o poder e a força máxima do dispositivo preventivo, isto é, aqueles que são sugeridos pela ideia de casas penitenciárias, nas quais os objetos da custódia segura, do confinamento, da solidão, do trabalho forçado e da instrução, devem, todos eles, ser considerados. Se todos esses objetivos podem ser alcançados em conjunto, naturalmente o serão – com, no mínimo, igual certeza e facilidade – em qualquer número menor deles.

Carta II

Plano para uma casa de inspeção penitenciária



Antes de ver o plano, tenha, em palavras, uma ideia geral dele.

O edifício é circular.

Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas.

Essas celas são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por partições, na forma de raios que saem da circunferência em direção ao centro, estendendo-se por tantos pés quantos forem necessários para se obter uma cela maior.

O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor.

Será conveniente, na maioria dos casos, se não em todos, ter-se uma área ou um espaço vazio em toda volta, entre esse centro e essa circunferência. Você pode chamá-lo, se quiser, de área intermediária ou anular.

Cerca do equivalente da largura de uma cela será suficiente para uma passagem que vai do exterior do edifício ao alojamento.

Cada cela tem, na circunferência que dá para o exterior, uma janela, suficientemente larga não apenas para iluminar a cela, mas para, através dela, permitir luz suficiente para a parte correspondente do alojamento.

A circunferência interior da cela é formada por uma grade de ferro suficientemente fina para não subtrair qualquer parte da cela da visão do inspetor.

Uma parte suficientemente grande dessa grade abre-se, na forma de uma porta, para admitir o prisioneiro em sua primeira entrada; e para permitir a entrada, a qualquer momento, do inspetor ou qualquer de seus assistentes.

Para impedir que cada prisioneiro veja os outros, as partições devem se estender por alguns pés além da grade, até a área intermediária: eu chamo essas partes protetoras de partições prolongadas.

Pensa-se que a luz, vindo dessa maneira através das celas e, assim, passando pela área intermediária, será suficiente para o alojamento do inspetor. Mas para esse propósito, ambas as janelas nas celas e aquelas que lhes correspondem no alojamento deverão ser tão largas quanto o permita a resistência do edifício e o que se possa considerar como uma necessária atenção à economia.

As janelas do alojamento devem ter venezianas tão altas quanto possa alcançar os olhos dos prisioneiros – por quaisquer meios que possam utilizar – em suas celas.

Para impedir uma luz plena, pela qual, não obstante as venezianas, os prisioneiros pudessem ver, a partir das celas, se há ou não uma pessoa no alojamento, o apartamento é dividido em quatro partes, por partições formadas por dois diâmetros do círculo, cruzando-se em ângulos retos. Para essas partições podem servir os materiais mais finos; e elas devem ser feitas de forma que possam ser removidas quando se queira; sua altura deve ser o suficiente para impedir que os prisioneiros se vejam mutuamente a partir das celas. As portas dessas partições, se deixadas abertas em qualquer momento, podem produzir uma luz plena. Para impedir isso, divida cada partição em duas, em qualquer parte que for preciso, fazendo com que a distância entre elas seja igual à metade da abertura de uma porta.

Essas janelas do alojamento do inspetor abrem-se para uma área intermediária, na forma de portas, em tantos lugares quanto se julgarem necessários para que ele possa se comunicar prontamente com qualquer das celas.

Lâmpadas pequenas, no exterior de cada janela do alojamento, tendo por trás um refletor para lançar luz nas celas correspondentes, estenderão à noite a segurança do dia.

Para poupar o esforço problemático de voz que poderia, de outro modo, ser necessário, e para impedir que um prisioneiro saiba que o inspetor está ocupado, a distância, com outro prisioneiro, um pequeno tubo de metal deve ir de uma cela ao alojamento do inspetor, passando através da área, indo, assim,

até o lado da janela correspondente do alojamento. Por meio desse implemento, o menor murmúrio de um pode ser ouvido pelo outro, especialmente se ele for orientado a aplicar seu ouvido ao tubo.

Com respeito à instrução, nos casos em que ela não possa ser devidamente ministrada sem que o instrutor esteja próximo ao trabalho, ou sem que ele possa colocar sua mão nele, como exemplo, diante do rosto do aprendiz, o instrutor deve, aqui, como, na verdade, em outros casos, mudar seu lugar tão frequentemente quanto for possível para atender diferentes trabalhadores; a menos que ele convoque os trabalhadores para que cheguem até ele, o que, em alguns dos casos em que esse tipo de edifício é aplicável, tal como o de indivíduos aprisionados, não pode ser feito assim tão facilmente. Mas em todos os casos em que instruções, dadas verbalmente ou a distância, são suficientes, esses tubos poderão ser considerados úteis. Eles evitarão, por um lado, o esforço de voz que seria necessário, por parte do instrutor, para ministrar instrução aos trabalhadores sem deixar seu posto central no alojamento; e, por outro, a confusão que se seguiria se diferentes instrutores ou diferentes pessoas no alojamento estivessem falando com as celas ao mesmo tempo. E, no caso de hospitais, o silêncio que pode ser assegurado por esse pequeno dispositivo, por menos importante que possa parecer à primeira vista, propicia uma vantagem adicional.

Um sino, destinado exclusivamente aos propósitos de alarme, ficará suspenso em um campanário com o qual se coroa o edifício, comunicando-se por meio de uma corda com o alojamento do inspetor.

A forma mais econômica, e talvez a mais conveniente, de aquecer as celas e a área, seria por tubos em torno delas, com base no princípio dos existentes nos viveiros. Uma necessidade total de – por todos os meios – produzir calor artificial poderia, em um clima como o que temos, algumas vezes, na Inglaterra, ser fatal às vidas dos prisioneiros; em qualquer hipótese, seria, com frequência, totalmente incompatível com seu trabalho em qualquer atividade sedentária. Os tubos, entretanto, e as fornalhas correspondentes, em vez de ficarem no exterior, como nos viveiros, deverão ficar no interior. Por esse meio, não haverá nenhum desperdício de calor, e a corrente de ar que correria em todos os lados através das celas, para fornecer as chamas feitas pelo fogo, atenderia, até aqui, ao propósito da ventilação. Mas mais sobre isso será dito no capítulo dos Hospitais.

(Trecho do livro O Panóptico, de Jeremy Bentham. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. Org.: Tomaz Tadeu).

Os novos Estados de vigilância

Confiamos à Internet nossos pensamentos mais pessoais e íntimos. Com a vigilância massiva, o controle do Estado chegou a dimensões alucinantes.

Ignacio Ramonet*

07/10/2015 - Durante muito tempo, a ideia de um mundo sob “vigilância total” foi vista como um delírio utópico ou paranoico, fruto da imaginação mais ou menos alucinada dos que sonham com teorias da conspiração. Contudo, é preciso reconhecer a evidência: vivemos, aqui e agora, a mercê de um império da vigilância. Cada vez são mais os que nos observam, nos espionam, nos vigiam, nos controlam, fazem arquivos sobre nós sem que saibamos. A cada dia, novas tecnologias são refinadas, buscando facilitar o seguimento do nosso rastro. Empresas comerciais e agências publicitárias registram nossas vidas. Com o pretexto de lutar contra o terrorismo, ou contra outras pragas (pornografia infantil, lavagem de dinheiro, narcotráfico), os governos – incluindo os mais democráticos – se transformam no Grande Irmão, e já não titubeiam diante da possibilidade de infringir suas próprias leis quando o objetivo é espionar melhor os seus próprios cidadãos. Em segredo, os novos Estados orwellianos querem estabelecer enormes arquivos sobre os nossos contatos e dados pessoais, guardados em diferentes suportes eletrônicos.

Após a onda de ataques terroristas que golpeou cidades como Nova York, Paris, Boston, Ottawa, Londres e Madrid, as autoridades perderam os pudores e utilizaram o grande pavor das sociedades comovidas para intensificar a vigilância para reduzir mais a proteção da nossa vida privada.

Para entender melhor: o problema não é a vigilância em si, e sim a vigilância massiva clandestina. É evidente que, num Estado democrático, as autoridades contam com toda a legitimidade, baseada na lei e com a autorização prévia de um juiz, para colocar sob vigilância qualquer pessoa considerada suspeita. Como disse Edward Snowden: “não há nenhum problema em instalar um grampo contra Osama Bin Laden. Sempre que os investigadores tenham que dispor da permissão de um juiz – um juiz independente, um juiz autêntico, não um juiz secreto –, e possam provar que existe uma boa razão para emitir uma ordem, esse trabalho poderia ser realizado sem problemas. O problema é quando controlam a todos nós, em massa, o tempo todo e sem nenhuma justificativa” (1).

Com a ajuda de algoritmos cada vez mais sofisticados, milhares de investigadores, de engenheiros, de matemáticos, de estadistas e de técnicos em informática buscam e classificam a informação que geramos sobre nós mesmos. Satélites e drones de visão de longo alcance nos seguem do

espaço. Nos aeroportos, scanners biométricos analisam nosso andar, “lendo” nossas íris e nossas digitais. Câmaras infravermelhas medem nossa temperatura. As pupilas silenciosas das câmaras de vídeo apuram nossos passos nas cidades e nos corredores dos hipermercados. Também seguem nossas pegadas no trabalho, nas ruas, nos ônibus, no banco, no metrô, no estádio, nos estacionamentos, nos elevadores, nos centros comerciais, nas estradas, nas estações de trem, nos aeroportos...

Vale destacar que a inimaginável revolução digital que vivemos, que já transformou tantas atividades e profissões, também transformou totalmente os serviços de informação e de vigilância. Na época da Internet, a vigilância passou a ser algo onipresente e perfeitamente imaterial, imperceptível, indetectável, invisível. Além disso, se caracteriza tecnicamente por uma simplicidade pasmosa – já não precisa mais daqueles trabalhos artesanais de instalação de cabo e microfones, como no antigo filme *A Conversação* (2), onde podíamos ver como um grupo de “encanadores” apresentava, numa conhecida feira, as técnicas de vigilância, as bugigangas mais bem elaboradas, caixas cheias de cabos elétricos que precisavam ser escondidos nos muros ou no chão...

Vários grandes escândalos dessa época – o caso Watergate nos Estados Unidos, o dos “encanadores de Le Canard enchaîné”, na França –, fracassos humilhantes para os serviços de informação, demonstraram os limites desses antigos métodos mecânicos, facilmente detectáveis e localizáveis.

Hoje em dia, vigiar alguém passou a ser algo impressionantemente fácil, ao alcance de qualquer um que saiba usar as diversas ferramentas disponíveis. Uma pessoa normal que pretende espionar algum conhecido pode encontrar no mercado diversas opções, meia dúzia de programas informáticos (mSpy, GsmSpy, FlexiSpy, Spyera, EasySpy) capazes de ler os conteúdos dos telefones celulares, mensagens de texto, correios eletrônicos, contas de Facebook, Whatsapp, Twitter, etc. Com o auge do consumo online, a vigilância comercial também se desenvolveu enormemente, dando lugar a um gigantesco mercado dos nossos dados pessoais, que se tornaram mercadorias. Durante cada uma das nossas conexões a uma página web, os cookies guardam o conjunto das buscas realizadas e permitem estabelecer nosso perfil de consumidor. Em menos de vinte milésimos de segundo, o editor da página visitada vende aos possíveis anunciantes a informação revelada pelos cookies. Apenas uns milésimos de segundo mais tarde, a publicidade que supostamente nos causará mais impacto aparece em nossa tela. E assim acabamos sendo definitivamente registrados.

A vigilância foi “privatizada” e “democratizada”. Já não é um assunto reservado aos serviços estatais de informação. Mas a

capacidade dos Estados em matéria de espionagem massiva cresceu de forma destacável. E isso também se deve à cumplicidade com as grandes empresas privadas que dominam as indústrias de informática e das telecomunicações. Julian Assange afirmou que “as novas sociedades como Google, Apple, Amazon, e Facebook criaram vínculos com o aparato de Estado em Washington, particularmente com os responsáveis de Assuntos Exteriores” (3). Esse complexo de segurança digital – Estado aparato militar de segurança indústrias gigantes da web – constitui um autêntico império da vigilância, cujo objetivo concreto e bastante claro é colocar toda a Internet e todos os internautas sob vigilância, para controlar a sociedade.

Para as gerações de menos de quarenta anos, a rede é, simplesmente, o ecossistema no qual a sua mente foi polida, e também sua curiosidade, seus gostos, sua personalidade. Desde o seu ponto de vista, a internet não é só uma ferramenta autônoma que se utilizaria para tarefas concretas. É uma imensa esfera intelectual, onde se aprende a explorar livremente todos os saberes. E, de forma simultânea, uma ágora sem limites, um lugar onde as pessoas se reúnem, dialogam, trocam e adquirem cultura, conhecimento, valores, e os compartilham.

A Internet representa, para estas novas gerações, o que era a escola e a biblioteca, a arte e a enciclopédia, a pólis e o templo, o mercado e a cooperativa, o estádio e o palco, a viagem e os jogos, o circo e o bordel, tudo isso junto num mesmo lugar. É tão fabuloso que “o indivíduo, em seu prazer por evoluir num universo tecnológico, não se preocupa em saber, e menos ainda em compreender, que as máquinas administram o seu dia a dia. Que cada um dos seus atos e gestos é gravado, filtrado, analisado e eventualmente vigiado. Que, longe de liberá-lo de seus obstáculos físicos, a informática da comunicação constitui, sem dúvida, a ferramenta de vigilância e de controle mais fantástica que o ser humano já criou” (4).

Essa tentativa de controle total da Internet representa um perigo inédito para as nossas sociedades democráticas: “permitir a vigilância da Internet – afirma Glenn Greenwald, o jornalista estadunidense que difundiu as revelações de Edward Snowden – é o mesmo que submeter praticamente todas as formas de interação humana a um controle estatal exaustivo, incluindo o pensamento em si” (5).

Essa é a grande diferença com os sistemas de vigilância que existiam antes. Sabemos, desde Michel Foucault, que a vigilância ocupa uma posição central na organização das sociedades modernas. Estas são “sociedades disciplinárias”, onde o poder, por meio de técnicas e de estratégias complexas de vigilância, busca exercer o maior controle social possível (6).

Essa vontade, por parte do Estado, de saber tudo sobre os cidadãos, está legitimada politicamente pela promessa de uma

maior eficácia na administração burocrática da sociedade. Assim, o Estado afirma que será mais competitivo e, portanto, servirá melhor os cidadãos se os conhece melhor, da forma mais profunda possível. Porém, ao ser cada vez mais invasiva, a intrusão do Estado provoca, há tempos, uma crescente insatisfação entre os cidadãos que apreciam o santuário da vida privada. Em 1835, Alexis de Tocqueville já dizia que as democracias modernas de massa produzem cidadãos privados cuja principal preocupação é a proteção dos seus direitos. E que isso faz com que sejam particularmente exigentes e contrários às pretensões abusivas do Estado (7).

Essa tradição se prolonga, na atualidade, em figuras como Julian Assange e Edward Snowden, ambos perseguidos ferozmente pelos Estados Unidos. Em sua defesa, o grande intelectual estadunidense Noam Chomsky afirmou que “a luta deles por uma informação livre e transparente é uma luta quase natural. Terão sucesso? Depende de nós. Se Snowden, Assange e outros fazem o que fazem, é porque exercem sua qualidade de cidadãos. Estão ajudando o público a descobrir o que os seus próprios governos fazem. Existe missão mais nobre para um cidadão livre? E se forem castigados severamente? Se Washington pudesse se livrar deles, seria ainda pior. Nos Estados Unidos existe uma lei de espionagem criada durante a Primeira Guerra Mundial. Obama a usou para evitar que a informação difundida por Assange e Snowden chegasse ao público. O governo vai tentar de tudo, cruzando o limite do indescritível, para se proteger do seu ‘inimigo principal’. E o ‘inimigo principal’ de qualquer governo é a sua própria população” (8).

Na era da Internet, o controle do Estado chega a dimensões alucinantes, já que, de uma ou outra maneira, nós confiamos à Internet os nossos pensamentos mais pessoais e íntimos, tanto profissionais como emocionais. Assim, quando o Estado, com a ajuda de tecnologias superpoderosas, decide passar a espionar o nosso uso da Internet, não só extrapola suas funções, mas também profana nossa intimidade, destrincha literalmente o nosso espírito e saqueia o refúgio da nossa vida privada.

Sob os olhos dos novos “Estados de vigilância”, nos transformamos, sem saber, em clones do protagonista do filme *O Show de Truman* (9), expostos ao vivo à espionagem de milhares de câmeras e à escuta de milhares de microfones, que expõem nossa vida privada à curiosidade planetária dos serviços de informação.

Nesse sentido, Vince Cerf, um dos inventores da web, considera que “na época das tecnologias digitais modernas, a vida privada é uma anomalia...” (10). Leonard Kleinroc, um dos pioneiros de Internet, é ainda mais pessimista: “Basicamente – considera ele –, nossa vida privada já não existe mais, e é impossível recuperá-la” (11).

Por uma parte, muitos cidadãos se resignam, como se o fim do nosso direito ao anonimato fosse somente uma fatalidade da

nossa época. Por outra, essa preocupação de defender nossa vida privada pode parecer reacionária, ou até mesmo “suspeita”, porque só aqueles que têm algo que esconder tentam se esquivar do controle público. Portanto, as pessoas que consideram que não têm nada para ocultar, não são hostis à vigilância do Estado, sobretudo se essa traz uma vantagem importante em termos de segurança, como prometem as autoridades. Entretanto, esse discurso – “por um pouco menos de liberdade para você, que te entrego cinco vezes mais garantia de segurança” – é uma estafa. A segurança total não existe, não tem como existir. É uma enganação. Porém, a “vigilância total” se tornou uma realidade indiscutível.

Para questionar o golpe da segurança, balela frequentemente cantarolada por todos os poderes, vale recordar a lúcida advertência lançada por Benjamin Franklin, um dos autores da Constituição estadunidense: “um povo disposto a sacrificar um pouco de liberdade por um pouco de segurança não merece nem a primeira nem a segunda. E acaba perdendo as duas coisas”.

Um pensamento alinhado perfeitamente com a atualidade, que deveria nos estimular a defender nosso direito à vida privada e a proteger nossa intimidade. Jean-Jacques Rousseau, filósofo do iluminismo e o primeiro pensador que “descobriu” a intimidade, nos deu o exemplo. Não foi ele também o primeiro a se rebelar contra a sociedade do seu tempo e a sanha inquisidora da mesma, de querer controlar a consciência dos indivíduos?

“O fim da vida privada seria uma autêntica calamidade existencial”, afirmou também a filósofa contemporânea Hannah Arendt, em seu livro *A Condição Humana* (12). Com uma formidável clarividência, sua obra fala dos perigos para a democracia de uma sociedade onde a distinção entre a vida privada e a vida pública fosse insuficiente – o que, segundo Arendt, significaria o fim do homem livre, e empurraria as nossas sociedades a novas formas de totalitarismo, de maneira implacável.

* Jornalista espanhol. Presidente do Conselho de Administração e diretor da redação do “Le Monde Diplomatique” em espanhol. Editorial nº 240, outubro de 2015.

(1) Katrina van den Heuvel et Stephen F. Cohen, “Edward Snowden: A ‘Nation’ Interview”, *The Nation*, Nova York, 28 de outubro de 2014.

(2) *A Conversação* (*The Conversation*), 1973. Direção: Francis F. Coppola. Intérpretes: Gene Hackman, John Cazale, Cindy Williams, Harrison Ford, Robert Duvall. Palma de Ouro no Festival de Cannes em 1974.

(3) Ignacio Ramonet, “Entrevista com Julian Assange: ‘Google nos espiona e informa ao governo dos Estados Unidos’”, *Le Monde Diplomatique* em espanhol, dezembro de 2014.

(4) Jean Guisnel, em seu prefácio para o livro de Reg Whitaker, *Tous fliqués. La vie privée sous surveillance*, Editora Denoël, Paris, 2001 – em espanhol: *El fin de la privacidad. Cómo la vigilancia total se está convirtiendo en realidad* (O fim da privacidade: Como a vigilância está se tornando realidade), Editora Paidós, Barcelona, 1999.

(5) Glenn Greenwald, *No place to hide. Edward Snowden, the NSA, and the US Surveillance State*, Metropolitan Books, Nova York, 2014.

(6) Michel Foucault, *Vigiar e Castigar*, Biblioteca Nova, Madrid, 2012.

(7) Alexis de Tocqueville, “A democracia na América”, Akal, Madrid, 2007.

(8) Ignacio Ramonet, “Entrevista com Noam Chomsky: Contra o império da vigilância”, *Le Monde Diplomatique* em espanhol, abril de 2015.

(9) *O Show de Truman: O Show da Vida* (*The Truman Show*) (1998). Direção: Peter Weir. Intérpretes: Jim Carrey, Laura Linney, Ed Harris.

(10) *Marianne*, Paris, 10 de abril de 2015.

(11) *El País*, Madrid, 13 de janeiro de 2015.

(12) Hannah Arendt, *A Condição Humana*, Editora Paidós, Barcelona, 2005.

Tradução: Victor Farinelli

FRASE PARA REFLETIR (1):

A propósito da agressão imperialista à Líbia, Domenico Losurdo, um dos filósofos marxistas mais criativos do nosso tempo, recorda a famosa novela ‘1984’, de Georges Orwell. O alvo desse romance era a satanização da União Soviética contemplada pelo escritor anticomunista britânico como uma sociedade onde a robotização do homem estaria em marcha. Orwell ideou um mundo imaginário no qual uma «neolingua» manipulava a consciência dos povos, destruindo-a. A sua utopia, escrita no ano em que foi fundada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), adquire hoje dramática atualidade. Mas Orwell errou o alvo. O perigo para a humanidade vem de outro azimute. A URSS, a pátria mítica do socialismo, desapareceu e quem simboliza o «Grande Irmão» é o imperialismo, hegemônico pelos Estados Unidos...

(Miguel Urbano Rodrigues in: ‘A robotização da humanidade na agressão à Líbia’ – 1º de Maio de 2011).

FRASE PARA REFLETIR (2):

“Eu nunca pensei que viveria para ver o dia em que o Departamento de Estado dos Estados Unidos se aliou a pontos de vista neonazistas e de uma gangue de bandidos que tomaram o poder em um violento golpe de Estado. No Iraque, Líbia e Síria, os formuladores de políticas dos EUA acabaram fortalecendo grupos islâmicos radicais. Isso já foi ruim o suficiente. Agora, na Ucrânia eles estão fortalecendo herdeiros de Adolf Hitler. Como isso não é um escândalo?”

(Justin Raimondo, In: ‘From Iraq to Ukraine : A Pattern of Disaster’)

A barbárie no ar: As TVs brasileiras e o estímulo à violência

Justiçamento, preconceito, discriminação. TVs brasileiras violam direitos humanos abusivamente.

por Lalo Leal/Revista do Brasil

Exatamente 1.936 violações de direitos são cometidas em um mês no rádio e na TV, por apenas 30 programas. Os autores dessa façanha não são os personagens, geralmente negros e pobres, apresentados com estardalhaço diariamente pelos programas policiais. São os próprios apresentadores, em conluio com repórteres e produtores – a autoridades –, sob o comando dos dirigentes das emissoras que abrem espaços para essas aberrações. A constatação está numa pesquisa realizada pela Andi – Comunicação e Direitos, uma organização social que há 21 anos trabalha para dar visibilidade na mídia a questões relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes. Entre outras ações, criou o projeto Jornalista Amigo das Crianças, que já reconheceu com essa qualidade 392 profissionais em atuação no país.

Os chamados programas policiais entraram na mira da Andi diante das seguidas violações cometidas contra a infância e adolescência. A pesquisa constatou que as violações, em nove categorias de direitos, vão muito além dessas faixas e atingem toda a sociedade.

Exemplos não faltam. A presunção de inocência, uma das categorias selecionadas pela pesquisa, é constantemente violada. No programa Balanço Geral, da TV Record, uma chamada diz "Pai abandona filho em estrada do RS" e o apresentador acrescenta: "Um pai abandonou uma criança nas margens de uma rodovia? Fez!" Apesar do desmentido do pai, a acusação constitui um claro desrespeito à presunção de inocência, garantida no artigo 5º da Constituição brasileira.

O estímulo à violência como forma de resolver conflitos é outra marca desses programas. Como nesse exemplo pinçado pela pesquisa na Rádio Barra do Piraí AM, programa Repórter Policial. Uma pessoa acaba de ser presa pela polícia e o apresentador anuncia: "Então, a praga acabou de ser grampeada. Não seria o caso, né? Passa logo fogo num cara desse aí! (...) É uma pena que ele não reagiu, porque a rapaziada passaria fogo nele de uma vez e tava tudo certo".

Só nesse caso são violadas cinco leis brasileiras, cinco acordos internacionais firmados pelo Brasil e um código de

ética profissional. Entre eles a Constituição Federal, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (é considerada infração ao regulamento "incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciais" e "criar situação que possa resultar em perigo de vida") e o Código de Ética dos Jornalistas Profissionais (jornalista não pode usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime).

Outra categoria: discurso de ódio e preconceito. No programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, o apresentador José Luiz Datena faz enquete para saber quem acredita em Deus e diz: "...ateu eu não quero assistindo o meu programa. 'Ah, mas você não é democrático.' Nessa questão não sou não, porque um sujeito que é ateu, na minha modesta opinião, não tem limites, é por isso que a gente tem esses crimes por aí..."

Só com essas frases o apresentador violou seis leis brasileiras, três pactos multilaterais firmados pelo Brasil e mais uma vez o Código de Ética dos Jornalistas, além de desrespeitar princípios e declarações internacionais de defesa da liberdade de expressão. E ainda ignorar os muitos crimes de Estado, guerras e outras violências que foram cometidos ao longo da história, e ainda o são, em nome de supostas causas religiosas

O fato de se apresentarem como "jornalísticos" faz com que esses programas escapem da classificação indicativa de horários para determinadas faixas etárias do público telespectador. Passam a qualquer hora oferecendo às crianças e jovens esse festival de ódio e violência. Mas de jornalismo têm pouco. São programas de variedades, espetacularizando fatos dramáticos da vida real com tentativas até de fazer um tipo grotesco de humor.

Numa edição gaúcha do programa Balanço Geral, por exemplo, o apresentador Alexandre Mota, ao narrar a morte de um suspeito pela polícia, fingia chorar copiosamente clamando de forma irônica pela vinda dos defensores dos direitos humanos. Em seguida, estimulado por uma repórter, passa a sambar alegremente diante das câmeras.

Texto extraído de:

<http://www.patrialatina.com.br/>

Postado em 15/10/2015 às 09:04

Era do Algoritmo: Seus dados pessoais valem muito. E todos estão de olho neles

Especialistas defendem criação de uma lei que proteja as pessoas contra possíveis abusos cometidos por empresas e poder público a partir da posse de uma massa de informações que dizem tudo sobre nós.

por Tiago Pereira, da RBA publicado 17/03/2018.

Seu provedor de acesso à internet sabe as páginas que você visita, se fica mais tempo nas redes sociais ou assistindo a filmes e vídeos. Se costuma fornecer o seu CPF à farmácia perto de sua casa, na hora de pagar seus remédios, ela sabe, por exemplo, que a cada dois meses você compra aquele medicamento para descongestionar o nariz, o que pode indicar um futuro problema crônico nas vias respiratórias. Se utiliza bilhete eletrônico no transporte público, a prefeitura guarda os dados sobre horários e trajetos mais utilizados. Google e Facebook pedem para que a gente revele a festa em que estivemos e quem lá encontramos.

A cada momento, deixamos rastros de nossas experiências, seja no mundo virtual ou no real. Todos esses dados são devidamente armazenados, compilados, cruzados com os de milhares – ou milhões – de outras pessoas, para depois receberem o devido "tratamento", de acordo com o interesse específico de cada agente. É a era do big data, em que essa montanha de informação coletada é processada pelos algoritmos.

Com base nesses perfis, uma empresa oferece desconto especial na reserva de hotel para a viagem do próximo feriado, o que muito agrada o consumidor. Mas ela também pode bloquear as ofertas numa determinada área – geoblocking – e elevar o preço em outra – geopricing –, conforme recente denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) contra a decolar.com.

Apesar de parcialmente contemplada por outras legislações, como o Marco Civil da Internet, ou até mesmo o Código de Defesa do Consumidor, a proteção dos dados pessoais ainda carece de regulamentação específica, que preserve direitos individuais e coletivos das pessoas, e que estabeleça regras transparentes quanto ao aproveitamento econômico dessas informações, com normas claras inclusive para o poder público.

Congresso - É por isso que especialistas defendem a aprovação de uma Lei Geral de Proteção de Dados que devolva aos cidadãos o controle sobre tudo aquilo que é coletado sobre si mesmos. Neste momento, dois projetos centralizam a discussão sobre o tema no Congresso Nacional e, como não podia ser diferente, são alvo de disputa entre diferentes grupos interessados.

Na Câmara dos Deputados tramita o Projeto de Lei (PL) 5.276/2016, proposto pelo Ministério da Justiça ainda durante o governo Dilma. Amplamente discutido em consultas públicas, teve o seu andamento comprometido em favor do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 330/2013, elaborado pelo então senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e encampado pelo atual governo – e que atende mais aos interesses das empresas e do próprio Estado.

As empresas disputam para garantir "segurança jurídica" aos negócios que giram em torno da comercialização desses bancos de dados. Querem não ser responsabilizados caso seus compradores façam mau uso.

Se a rede de farmácias decidir vender as informações dos seus clientes a uma operadora de planos de saúde, por exemplo, esta última poderá estabelecer no seu cálculo algorítmico que as pessoas que fazem uso de determinadas medicações têm mais riscos de apresentar essa ou aquela doença e, a partir daí, começar a cobrar mais pelos serviços médicos prestados, ou recusar a adesão daqueles com histórico de saúde mais problemático.

Ou ainda, essas mesmas informações colhidas nas farmácias podem ser negociada com uma empresa de recrutamento que, da mesma forma, poderia através do algoritmo selecionar para as vagas de emprego os candidatos mais saudáveis.

Já o governo Temer defende que o poder público fique de fora das regras que garantem transparência no tratamento dos dados do cidadão, para que possa usá-los sem o devido consentimento, em casos que afetem a "segurança nacional".

Segundo a coordenadora da área de Privacidade e Vigilância do InternetLab, Jaqueline Abreu, uma lei geral que proteja o indivíduo contra abusos no tratamento dos seus dados individuais é uma necessidade "muito mais que urgente", e lembrou que

diversos países, da Europa e também da América Latina, já contam legislação específica.

Desvirtuamento - Em seminário intitulado Desproteção dos Dados Pessoais, promovido nesta semana em São Paulo pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Departamento Jurídico XI de Agosto – ligado à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Jaqueline disse que o que mais preocupa é o desvirtuamento do uso desses dados. Colhidos com um determinado propósito, podem servir a um fim completamente diferente.

Como exemplo do uso indevido, ela citou iniciativa do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), que, em viagem ao Oriente Médio, no ano passado, apresentou aos investidores, como um dos "ativos" do seu programa de privatização, o banco de dados de milhões de usuários do Bilhete Único. Legislação específica poderia coibir esse tipo de prática.

A coordenadora do Intervezes, Veridiana Alimonti, lembrou que, no mundo contemporâneo, "somos representados não pela nossa presença física, mas pelos nossos dados", e essas combinações únicas utilizadas pelos computadores para formar um determinado perfil do indivíduo "podem ou não refletir corretamente sobre quem somos".

É por isso que os especialistas defendem mais transparência não apenas na coleta, mas no "tratamento" que é dado aos nossos dados pelos algoritmos. Ela destacou que, principalmente, as redes sociais nos induzem a agir de uma ou de outra maneira, a partir da análise dos nossos dados. E o uso e a manipulação, por vezes, não são apenas para fins comerciais, mas também político.

Uso político - Veridiana lembrou que, durante as últimas eleições nos Estados Unidos, em 2016, de posse das informações dos usuários, o Facebook criou cinco categorias políticas – do mais liberal ao mais conservador – para facilitar a distribuição de notícias ao gosto do freguês. A rede diz que, passadas as eleições, essa plataforma não opera mais.

A partir de mecanismos desse tipo, ela diz que até mesmo um candidato poderia se apresentar com "várias faces", adequando o seu discurso às diferentes parcelas do eleitorado, assim agradando a todos, e não estabelecendo compromissos com ninguém.

Já no ano seguinte, no processo eleitoral canadense, devido a pressões de grupos organizados da sociedade e até do governo do país, lançou recurso que permite ao usuário verificar o histórico de publicações patrocinadas dos políticos para inibir o surgimento do candidato multifacetado.

Caso Globo - A campanha da TV Globo, que pede para o espectador enviar um vídeo do seu celular falando sobre "O Brasil que eu quero" também levanta suspeitas sobre a utilização das informações colhidas. Além de dados cadastrais, nome, e-mail e CPF, a emissora poderá catalogar essa parcela da sua audiência a partir das demandas políticas expressadas e, aos moldes do que ocorreu com o Facebook nas eleições americanas, passar a entregar conteúdo jornalístico direcionado, ou seja, mais afeito às opiniões do próprio espectador – obviamente não na TV, mas nos demais serviços noticiosos da empresa, como portais de notícias e plataforma de vídeo sob demanda.

Segundo a ativista do Intervezes, esse tipo de estratégia faz com que a Globo mais uma vez "saia na frente", em relação aos concorrentes, o que é legítimo do ponto de vista editorial e econômico, mas também cria dúvidas sobre possibilidades de manipulação em ano eleitoral, prática em que a emissora também já demonstrou know-how em inúmeros episódios nas últimas décadas.

Já a especialista do InternetLab diz que a suposta adesão voluntária pelo usuário à campanha da Globo não inibe as responsabilidades da empresa no tratamento dos dados, e criticou a falta de clareza nos genéricos termos de adesão. Segundo ela, para dirimir dúvidas, a emissora deveria informar às pessoas o que pretende fazer com todos os dados coletados, afastando assim os receios e dúvidas sobre o risco de manipulação.

Fonte:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/138/seus-dados-valem-muito-e-estao-todos-de-olho-neles>

NEOLINGUA

Em nome do imperialismo humanitário, da atrocidade amável e do holocausto benfeitor, intensificamos a agressão pacífica, o bombardeio filantrópico, o extermínio vivificante e o genocídio benévolo para assegurar a subida honrosa, o saque generoso e a pilhagem altruísta. Multiplicando as guerras preventivas, expandimos o assassinato profilático, o extermínio saudável, a hecatombe caridosa e a matança benfeitora para impor a barbárie progressista, a democracia oligárquica, o racismo tolerante, o encarceramento libertador, a tortura compassiva e a opressão redentora. Tão elevados fins justificam os meios da fraude informativa, a notícia inventada e a tergiversação verídica, que apoiadas na ocultação transparente, na ignorância ilustrada e na mentira confiável evidenciam a elevada baixaza de nosso oportunismo ético, etapa superior da prostituição moralista que nos assegura a verdadeira mentira da eternidade efêmera da onipotência impotente. (Luís Britto García – 01/10/11 - Fonte: <http://luisbrittogarcia.blogspot.com.br/2011/10/neolingua.html>).